

## PREFÁCIO\*

*“O tempo é a minha matéria, do tempo presente, os homens presentes, a vida presente”.* (ANDRADE, 2012)

*“Cambiar el mundo, amigo Sancho, que no es locura ni utopía... ¡Sino justicia!”.* (CERVANTES, 2016)

Desde o meu feliz reencontro em 2014, na Espanha, com o Serviço Social brasileiro e o seu atual Projeto Ético–Político, depois de duas décadas vivendo e trabalhando em Granada/Espanha como assistente social e, posteriormente, como professora da Universidade de Granada; reguei minhas raízes críticas nascidas no interior da Escola de Serviço Social da PUC/BH, que protagonizou o “Método BH”, como Projeto Acadêmico e Profissional.

Estudei em uma conjuntura na qual se assentavam “[...] novas bases sociais e políticas do país, com a reinserção do movimento das classes trabalhadoras na cena histórica”, e tive a sorte de desfrutar em 1982 do lançamento do livro “Relações sociais e Serviço Social no Brasil”<sup>1</sup>, de autoria de Marilda Villela Yamamoto e Raul de Carvalho, obra que significou para a profissão “uma inflexão na apropriação do referencial próprio do legado de Marx” e o “primeiro momento de reconceituação no Brasil, tal como expresso no projeto da Escola de Serviço Social de Minas Gerais” (BASTISTONI, 2019, p. 29).<sup>2</sup>

O Serviço Social no Brasil há mais de quatro décadas tem assento nas agências de fomento à investigação científica, com seus Programas de Pós–Graduação reconhecidos internacionalmente a levar latino–americanos de distintas nacionalidades, ibéricos e africanos, a buscar mestrado, doutoramento e pós–doutorados altamente qualificados em suas Universidades Públicas.

O Brasil é um dos poucos países em que a educação ainda é gratuita, e com destaque à educação superior, contrapondo–se à sua mercantilização com importante movimento de defesa do ensino superior laico, socialmente referen-

---

\* DOI – 10.29388/978-65-86678-40-6-0-f.11-14

<sup>1</sup>IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico metodológica. 2a. ed. São Paulo, Cortez, 1982.

<sup>2</sup>BATISTONI, M. R. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte–1960–1975: uma reconstrução histórica. Serv. soc. soc, 2019, p. 538–558. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282019000300538](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300538)>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ciado, universal, de qualidade, levado a cabo pelos organismos da categoria profissional dos/as assistentes sociais CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, em articulação com as frentes e movimentos sociais de defesa da educação pública. Esta articulação entre os três segmentos da categoria profissional – movimentação e estratégia únicas nas expressões da profissão em nível mundial – é fonte de força, resistência e luta nas muitas batalhas que as/os assistentes sociais se deparam em seu cotidiano de trabalho.

Nesse processo de aproximações ao amadurecimento intelectual do Serviço Social no Brasil, tenho agora a grata satisfação de ter em mãos a presente coletânea que reflete um importante trabalho colaborativo–acadêmico: “Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente”, organizado por Larissa Dahmer Pereira e Douglas Ribeiro Barboza, através do Programa de Pós–Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (PPGSSDR/UFF).

Seu conteúdo adentra na compreensão da realidade sócio–histórica brasileira, suas contradições e determinações, que dão concretude às questões cotidianas do trabalho profissional do/a assistente social, desde a perspectiva da totalidade social, onde na análise a categoria trabalho tem centralidade ontológica. É resultado de duas linhas de pesquisa intrinsecamente articuladas entre si: “Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira” e “Serviço Social, Política Pública e Formação Profissional”, cujos capítulos estão apresentados na Introdução.

As autoras e os autores assumem a “crítica” desde Marx (2005, p. 147): “[...] não como um fim em si mesmo, mas como um meio, onde seu modo essencial de sentimento é a indignação e a denúncia”<sup>3</sup> em um contexto internacional de avanço da educação como mercadoria, do pensamento reacionário, da lógica da razão instrumental, dos imperativos do capital sobre a força de trabalho em tempos de crise do capital, sob a doutrina neoliberal. Realizam rigoroso tratamento da “questão social”, captando contradições e desvelando processos e forças a partir do movimento da realidade que atravessam as demandas e particularidades do trabalho profissional e da formação em Serviço Social, com o foco no âmbito da Educação e da Assistência Social.

Este trabalho coletivo em torno de dilemas e desafios enfrentados na conjuntura atual pela classe trabalhadora brasileira, frente às “múltiplas expres-

---

<sup>3</sup>MARX, K. “Crítica da filosofia do direito de Hegel.Introdução”. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.

sões da questão social” (IAMAMOTO, 1982), contextualiza-se no cenário de implantação de políticas sociais regressivas, movidas pelo pensamento neoliberal, fragilizador e expropriador dos direitos sociais e trabalhistas. Contribui a dar “um significado à reconstrução de um projeto profissional crítico”, à relaboração de “respostas sócio-profissionais capazes de enfrentar o neoliberalismo – como projeto do grande capital, já que os projetos profissionais são indissociáveis com os projetos da sociedade” (GUERRA, 2003, p. 12).

Escrevo este prefácio durante a segunda “olla” em Espanha da pandemia mundial provocada pelo novo SARS-COV-2 e as cifras não são nada alentadoras: 1.381.218 casos positivos PCR (*Polymerase Chain Reaction*) com um total de 39.345 pessoas falecidas. Uma dura situação sanitária que coloca em cima da mesa a questão das classes sociais na Espanha, dissimulada na larga noite neoliberal iniciada por Ronald Reagan e Margareth Teacher, recordando a existência de uma classe trabalhadora, essencial para a manutenção e sobrevivência de todas as demais, assim como para a sustentabilidade econômica neste país (NAVARRO, 2020).

Neste sentido, nos alerta a historiadora Virginia Fontes que, na realidade, a crise econômica atual “eclode por este disparador sanitário (o novo coronavírus), o que significa que uma forte crise capitalista já estava prevista desde os anos 1990, sendo o capital o impulsionador de uma ‘superposição de crises’, o máximo responsável; seguramente virá um período de intensas lutas sociais, o que possibilitará que da crise capitalista se produza uma grande crise do capital” (conferência-*live* realizada na casa virtual Boitempo em 3 de julho de 2020).

Esta publicação se contextualiza, também, em um momento histórico em que Joe Biden é eleito como o 46º presidente dos Estados Unidos, tornando-se o máximo representante do imperialismo da era neoliberal, ao mesmo tempo em que a derrota de Donald Trump implica um processo de fragilização da ultradireita política e midiática norte-americana. Foi decisivo o voto massivo da classe trabalhadora, do setor de serviços, do movimento negro – com identidades etnizadas/racializadas – e a mobilização das mulheres, possibilitando a eleição de Kamala Harris, primeira mulher que ocupa o cargo e vice-presidente neste país.

Na América Latina, no cenário político dos últimos meses, forças democráticas parecem ganhar impulso: a votação histórica do plebiscito em Chile, quando a população decide por uma nova Constituição, deixando atrás a Constituição da era de Augusto Pinochet; a eleição do candidato do Movimento para o Socialismo (MAS) Luis Arce, na Bolívia, um ano depois do golpe de Estado e

do exílio de Evo Morales. Expande-se uma ofensiva popular anti-imperialista como resposta internacional à drástica deterioração das condições de vida da classe trabalhadora: plataformas internacionais e organizações, entre elas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Marcha Mundial das Mulheres, iniciativa como a realização de Semanas Internacionais de Lutas Anti-imperialistas, com uma significativa participação de sindicatos, confederações camponesas, organizações populares dos povos indígenas, etc. Poderíamos acrescentar muitas outras mobilizações massivas, greves, manifestações e ações nas redes sociais, denunciando desde distintas conjunturas as agressões imperialistas à classe trabalhadora.

Nestes tempos duros e singulares com novos cenários e contradições, animo os/as assistentes sociais, comprometidos com a emancipação humana das populações que trabalham, a adentrar no ineludível diálogo analítico-crítico que oferece este livro. Sua leitura fortalece a profissão na resistência e luta à política ultraliberal do (des) governo de extrema direita de Bolsonaro, que nega a ciência, destrói o meio ambiente e fortalece a hegemonia do agronegócio, intensifica a exploração das terras dos povos tradicionais, criminaliza os movimentos sociais, ataca o ensino superior público e a política de assistência social.

Transmito aqui meus agradecimentos ao convite para prefaciá-la esta obra e parablenizo as/os organizadoras/es e autoras/es por esta inestimável contribuição, desejando que o livro suscite novos debates críticos que fortaleçam a defesa do projeto ético-político da profissão Serviço Social no Brasil, possibilitando sua interlocução em nível internacional.

*Granada, Espanha, 14 de novembro de 2020*

*Dra. Rosana Matos-Silveira*

*Assistente social e pesquisadora do SEPISSE– Universidade de Granada*